

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Telecomunicações S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Telecomunicações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Telecomunicações S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Ênfases

Investimento controlado em conjunto

Sem modificar nossa conclusão, chamamos a atenção para o fato de que o investimento controlado em conjunto Ativas Data Center S.A., tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações e que, em 31 de dezembro de 2013 apresentou capital circulante líquido negativo e passivo a descoberto. Nessa data, a Ativas Data Center S.A., depende do suporte financeiro de seus acionistas e/ou da obtenção de empréstimos com terceiros para continuar operando, conforme mencionado na nota explicativa nº 12. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Conforme mencionado na nota explicativa nº 5, em decorrência das mudanças de políticas contábeis, os valores correspondentes ao balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2012 e as correspondentes às demonstrações de resultado dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23/IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1)/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos


Demonstrações do valor adicionado

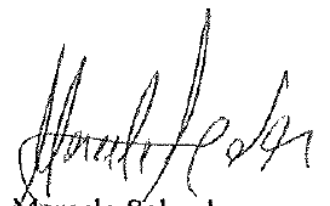
Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria das informações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011

O exame do balanço patrimonial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 ora reapresentado em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa nº 5, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 14 de agosto de 2013, contendo ênfase relacionada ao mesmo assunto descrito no parágrafo de ênfase acima sobre o investimento controlado em conjunto Ativas Data Center S.A..

Belo Horizonte, 18 de março de 2014


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG


Marcelo Salvador
Contador
CRC-1MG 089.422/O-0

CEMIG TELECOMUNICAÇÕES S.A. - CEMIGTELECOM

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Em milhares de reais)

ATIVO	NOTA	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012 (Reapresentado)	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012 (Reapresentado)
CIRCULANTE					CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	7	8.691	6.384	55.382	Debêntures	15	7.961	7.989	8.101
Títulos e valores mobiliários - Aplicação Financeira	8	17.928	30.957	22.484	Fornecedores	16	18.977	8.836	8.508
Bancos conta-garantia		-	-	4.582	Obrigações sociais e trabalhistas	17	2.624	2.517	2.599
Contas a receber de clientes	9	21.090	20.163	18.621	Obrigações fiscais	18	9.225	7.904	8.633
Tributos a recuperar	10	4.167	7.238	3.777	Juros sobre Capital Próprio		-	-	7.225
Despesas antecipadas		180	70	31	Adiantamentos de clientes	19	444	266	-
Outros créditos		129	131	203	Total do passivo circulante		39.231	27.512	35.066
Total do ativo circulante		52.185	64.943	105.080					
NÃO CIRCULANTE					NÃO CIRCULANTE				
Contas a receber de clientes	9	4.664	1.502	2.035	Debêntures	15	24.205	32.068	39.922
Títulos e valores mobiliários - Aplicação Financeira	8	1.554	3.995	-	Adiantamentos de clientes	19	5.747	2.717	153
Bancos conta-garantia		5.187	4.805	-	Provisões para riscos	20	313	333	2.904
Tributos a recuperar	10	2.526	1.818	2.796	Passivo a descoberto	12	19.187	9.480	1.867
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	21.345	22.891	24.831	Obrigações sociais e trabalhistas	17	615	439	-
Outros		121	57	15	Total do passivo não circulante		50.067	45.037	44.846
Investimento	12	4.397	4.397	4.397	PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Imobilizado	13	231.571	213.303	221.591	Capital social	21	225.081	225.081	225.081
Intangível	14	3.533	2.486	2.265	Ajuste de avaliação patrimonial	21	158	-	-
Total do ativo não circulante		274.898	255.254	257.930	Reservas de lucros		12.546	22.567	58.017
					Total do patrimônio líquido		237.785	247.648	283.098
TOTAL DO ATIVO		327.083	320.197	363.010	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		327.083	320.197	363.010

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CEMIG TELECOMUNICAÇÕES S.A. - CEMIGTELECOM

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	<u>NOTA</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
RECEITA LÍQUIDA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	23	113.411	112.833
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	24	<u>(64.382)</u>	<u>(62.633)</u>
LUCRO BRUTO		49.029	50.200
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:			
Despesas gerais e administrativas	24	(21.528)	(21.794)
Despesas com vendas e marketing	24	(130)	(148)
Outras receitas operacionais		328	979
Outras despesas operacionais	24	<u>(672)</u>	<u>(687)</u>
Total		<u>(22.002)</u>	<u>(21.650)</u>
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS, EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL E DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		27.027	28.550
Receitas financeiras	25	6.430	9.491
Despesas financeiras	25	(3.910)	(4.650)
Resultado de equivalência patrimonial	12 e 24	<u>(19.507)</u>	<u>(18.295)</u>
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		10.040	15.096
Imposto de renda e contribuição social corrente	11	(4.396)	(3.606)
Imposto de renda e contribuição social diferido	11	<u>(1.465)</u>	<u>(1.940)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		4.179	9.550
QUANTIDADE DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO DURANTE O PERÍODO - LOTE DE MIL		<u>381.023</u>	<u>381.023</u>
LUCRO POR AÇÃO POR LOTE DE MIL AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL - Básico e diluído		10,97	25,06

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CEMIG TELECOMUNICAÇÕES S.A. - CEMIGTELECOM

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Lucro líquido do exercício	4.179	9.550
Outros resultados abrangentes:		
Ganhos e perdas atuariais, líquido de impostos	158	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>4.337</u>	<u>9.550</u>
RESULTADO ABRANGENTE ATRIBUÍVEL A:		
Proprietários da Companhia	4.337	9.550
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>4.337</u>	<u>9.550</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CEMIG TELECOMUNICAÇÕES S.A. - CEMIGTELECOM

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Em milhares de reais)

	<u>NOTA</u>	<u>Capital Social</u>	<u>Reservas de lucros</u> <u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de retenção</u>	<u>Ajuste de Avaliação Patrimonial</u>	<u>Lucros (Prejuízos) acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2011		225.081	7.362	50.655	-	-	283.098
Lucro líquido do período		-	-	-	-	9.550	9.550
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal		-	478	-	-	(478)	-
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	(16.200)	(16.200)
Dividendos extraordinários		-	-	(28.800)	-	-	(28.800)
Distribuição da reserva de retenção extemporânea		-	-	(7.128)	-	7.128	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		225.081	7.840	14.727	-	-	247.648
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	158	-	158
Lucro líquido do período		-	-	-	-	4.179	4.179
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	22	-	209	-	-	(209)	-
Juros sobre o capital próprio	22	-	-	-	-	(11.284)	(11.284)
Dividendos extraordinários	22	-	-	(2.916)	-	-	(2.916)
Distribuição da reserva de retenção extemporânea	22	-	-	(7.314)	-	7.314	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		225.081	8.049	4.497	158	-	237.785

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CEMIG TELECOMUNICAÇÕES S.A. - CEMIGTELECOM**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido	4.179	9.550
Depreciação e amortização	30.783	31.577
Encargos financeiros sobre financiamentos	3.049	4.028
Reversão de provisão para o imposto de renda e contribuição social diferidos	1.465	1.940
Custo dos bens do ativo imobilizado baixados	747	687
(Reversão) provisão obsolescência	-	(744)
Constituição de provisão para contingências	(20)	1.224
Créditos de liquidação duvidosa	17	-
Equivalência patrimonial	19.507	18.295
Imposto de renda e contribuição social correntes	4.396	3.606
(Reversão) de ajuste a valor presente	-	(132)
	<hr/>	<hr/>
Varição nos ativos e passivos	14.966	136
	<hr/>	<hr/>
Redução (aumento) de ativos	4.170	4.751
	<hr/>	<hr/>
Bancos conta garantia	(382)	(223)
Contas a receber de clientes	(4.106)	(877)
Tributos a recuperar	8.830	5.859
Outros ativos	(172)	(8)
	<hr/>	<hr/>
Aumento (redução) de passivos	10.796	(4.615)
	<hr/>	<hr/>
Fornecedores e outras contas a pagar	10.141	328
Obrigações sociais e fiscais	(2.553)	(7.773)
Adiantamento de clientes	3.208	2.830
	<hr/>	<hr/>
DISPONIBILIDADES PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	79.089	70.167
	<hr/>	<hr/>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(6.467)	(8.343)
Juros pagos	(3.062)	(4.560)
	<hr/>	<hr/>
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	69.560	57.264
	<hr/>	<hr/>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de ativo imobilizado	(50.737)	(23.278)
(Aumento) redução de investimento mantido até o vencimento	15.470	(12.468)
Aumento de capital de controlada	(9.800)	(10.682)
Aumento do intangível	(108)	(175)
	<hr/>	<hr/>
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(45.175)	(46.603)
	<hr/>	<hr/>
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Juros sobre o capital próprio	(11.284)	(23.425)
Dividendos intermediários	(2.916)	(28.800)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	(7.878)	(7.434)
	<hr/>	<hr/>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(22.078)	(59.659)
	<hr/>	<hr/>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	2.307	(48.998)
	<hr/>	<hr/>
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA		
No início do período	6.384	55.382
No fim do período	8.691	6.384
	<hr/>	<hr/>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	2.307	(48.998)
	<hr/>	<hr/>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CEMIG TELECOMUNICAÇÕES S.A. - CEMIGTELECOM**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2013</u>	%	<u>31/12/2012</u>	%
1 - RECEITAS	194.614		170.457	
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	144.280		143.995	
1.2) (Provisão) / reversão para devedores duvidosos	(17)		-	
1.3) Adições de imobilizado em andamento	44.597		21.118	
1.4) Outros	5.754		5.344	
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	78.720		54.536	
2.1) Custo das mercadorias e serviços vendidos	15.809		14.363	
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	62.601		39.989	
2.3) Outros	310		184	
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	115.894		115.921	
4 - RETENÇÕES	30.783		31.577	
4.1) Depreciação e amortização	30.783		31.577	
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	85.111		84.344	
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	(13.077)		(8.804)	
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	(19.507)		(18.295)	
6.2) Receitas financeiras	6.430		9.491	
7- VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	72.034		75.540	
8- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	72.034	100%	75.540	100%
8.1) Pessoal e encargos	18.193	25%	16.168	21%
8.1.1) Remuneração direta	13.495		12.029	
8.1.2) Benefícios	3.058		3.008	
8.1.3) Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	819		717	
8.1.4) Outras	821		414	
8.2) Impostos, taxas e contribuições	39.942	55%	39.633	52%
8.2.1) Federais	15.776		15.208	
8.2.2) Estaduais	24.166		24.425	
8.3) Remuneração de capitais de terceiros	9.720	13%	10.189	13%
8.3.1) Juros	3.910		4.650	
8.3.2) Aluguéis	5.810		5.539	
8.4) Remuneração de capitais próprios	4.179	6%	9.550	13%
8.4.1) Juros sobre o capital próprio e dividendos	11.284		16.200	
8.4.2) Distribuição de reserva de retenção	(7.105)		(6.650)	



Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

(a) A Companhia

A Cemig Telecomunicações S.A. - CemigTelecom (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais S.A. - CEMIG, que oferece rede óptica para transporte de serviços de telecomunicações no Estado de Minas Gerais utilizando-se da infraestrutura de transmissão e distribuição de energia elétrica da CEMIG.

A Companhia é domiciliada no Brasil, com endereço na Rua dos Inconfidentes, 1.051 - Térreo - Funcionários - Belo Horizonte - MG. É autorizada pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL a explorar Serviços de Comunicação Multimídia - SCM, por prazo indeterminado, cuja outorga se deu através do ato 41.002 de 3 de dezembro de 2003.

A Companhia foi constituída em 13 de janeiro de 1999, com o propósito de prestar serviços na área de telecomunicações, através de sistema integrado constituído de cabos de fibra óptica, cabos coaxiais e equipamentos eletrônicos e associados, para transmissão, emissão e recepção de símbolos, caracteres, sinais escritos, imagens, sons e informações de qualquer natureza, bem como operar sistema de telecomunicações, como provedor alternativo de transporte e outros, às empresas que possuam concessão, permissão ou autorização para prestar serviços de telecomunicações.

As projeções financeiras atualizadas da Companhia, as quais consideram a continuidade de seu plano de investimentos, indicam a viabilidade da recuperação de seus ativos, inclusive os impostos diferidos, bem como a liquidação de suas obrigações nas datas de vencimento.

(b) Aquisição de participação em controlada em conjunto

Em 31 de agosto de 2010, a Companhia obteve o controle compartilhado da Companhia Ativas Data Center S.A. (“Ativas”), da qual detém 49% do capital votante e a garantia dos demais sócios, prevista em acordo de acionistas, que lhe confere poder de veto nas principais deliberações dessa sociedade, além da faculdade de indicar dois quintos dos membros do seu Conselho de Administração e também a indicação de um diretor executivo.

A Ativas tem por objetivo social a prestação de serviços de fornecimento de infraestrutura de TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação, compreendendo hospedagem física (*hosting e colocation*) de ambientes de tecnologia da informação, armazenamento de base de dados e *site-backup*, serviços profissionais de segurança da informação e disponibilidade, consultoria em TIC, conectividade com venda de acesso e banda internet. A construção do data center classificado na categoria “Tier III” (*Uptime Institute*), para atendimento a médias e grandes corporações, foi concluída em janeiro de 2011.

Devido à fase inicial das operações, a Ativas vem apurando sucessivos prejuízos contábeis. Em conexão com a elaboração dessas demonstrações financeiras, a Administração entende que a continuidade operacional desta controlada em conjunto e a conseqüente manutenção dos saldos de investimento dependem do contínuo ingresso de recursos, até que, suas operações gerem lucro em montantes suficientes para cumprir com suas obrigações.

2. Base de preparação

(a) Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Com a publicação do CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto, alterado em correspondência com a IFRS 11, os acordos em conjunto passaram a ser tratados de forma a focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabiliza sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não é mais permitido para o controle em conjunto. A norma tornou-se aplicável desde 1º de janeiro de 2013. A Cemig Telecom passou a classificar a participação no capital da Ativas Data Center S.A. somente na rubrica de investimentos, avaliando o seu saldo exclusivamente pelo método de equivalência patrimonial e abandonando o método de consolidação proporcional.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 18 de março de 2014.

(b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo de ativos e passivos, quando aplicável.

(c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e os pronunciamentos emitidos pelo CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 4 - valor justo de ativos e passivos.
- Nota 9 - perdas com créditos de liquidação duvidosa e ajuste a valor presente.
- Nota 11 - utilização de prejuízos fiscais.
- Notas 13 e 14 - estimativas da vida útil e dos valores residuais dos bens do ativo imobilizado e do intangível.
- Nota 20 - provisões e contingências.
- Nota 26 - instrumentos financeiros.
- Nota 27 - mensuração de ativos e passivos atuariais de benefícios pós-emprego a empregados.

- Nota 29 - impactos da aplicação da MP 627/13.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente pelas empresas do Grupo.

(a) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

(b) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados - e o correspondente valor líquido apresentado no balanço patrimonial - somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

- Caixa e equivalentes de caixa:

Abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até três meses a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalente de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

- Ativos financeiros mantidos até o vencimento:

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são

classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída em receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

- Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado:

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Por esta razão, geralmente encontram-se classificados no grupo de ativos circulantes. Contudo, caso estes ativos sejam dados em garantia ou haja qualquer outra restrição a seu uso no curto prazo, os mesmos podem ser classificados no grupo de ativos não circulantes. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os custos de transação incorridos em investimentos mensurados ao valor justo através do resultado são debitados à demonstração do resultado, como despesas, na data da transação. Após esta data, as variações de seu valor justo são contabilizadas diretamente no resultado do exercício, no grupo de receitas e despesas financeiras. Tais ativos são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa relacionados ao ativo tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de sua propriedade.

- Empréstimos e Recebíveis:

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes e outros créditos.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Capital Social

Ações ordinárias - Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários. A integralidade do capital social da Companhia está representada por ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

Quando aplicável, os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia não operou com instrumentos derivativos.

(c) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e eventuais perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, bem como custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Ativos sobressalentes

Os materiais e equipamentos sobressalentes de determinados itens do imobilizado, cuja destinação provável é a substituição futura de bens em operação e para os quais se espera seu uso por mais de um exercício social, são classificados em estoque de sobressalentes, no ativo imobilizado, até a sua destinação final. Os bens novos adquiridos com essa finalidade somente são incorporados ao imobilizado em serviço no momento em que são requisitados. Os bens retirados do imobilizado em serviço por substituição são reintegrados ao estoque de sobressalentes e a sua depreciação é normalmente continuada, desde que seu reparo e reutilização sejam possíveis.

(iii) Custos subsequentes

O custo de substituição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item quando for provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente substituído por outro é transferido para os estoques de sobressalentes ou baixado, conforme o caso. Os custos de manutenção rotineira do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos, os quais incluem o valor pago pelos serviços de desativação e reparo, assim como o custo de materiais e componentes necessários à substituição e reposição do bem em estado de funcionamento.

(iv) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão apresentadas na nota explicativa 13.

Quando é possível identificar um ou mais ativos associados a uma solução específica que visa ao atendimento de determinado contrato de prestação de serviços, suas vidas úteis passam a ser limitadas ao tempo estimado de vigência contratual.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

(d) Ativos intangíveis

(i) Licenças de uso de software

As licenças de uso de software adquiridas de terceiros são registradas no ativo intangível e mensuradas com base nos custos de aquisição e implantação, sendo amortizados pelo respectivo prazo de vida útil estimado.

O *software* adquirido como parte integrante da funcionalidade de um equipamento é registrado como custo daquele equipamento e classificado no ativo imobilizado.

(ii) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

(iii) Amortização

Amortização dos ativos intangíveis é calculada sobre o custo de um ativo ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, excetuando-se o ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão apresentadas na nota explicativa 14.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados, caso seja adequado.

(e) Redução ao Valor Recuperável (*Impairment*)

- (i) Ativos financeiros - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento no nível individualizado. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perspectiva de perda de valor específico.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

Ativos não financeiros - Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, excetuando-se o imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 e o CPC 22.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base *pro rata*.

Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável, então o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGCs à qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

(f) Benefícios a empregados

(i) Plano Misto de benefícios Previdenciário - Plano B

O plano é de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição.

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha, ou na sua ausência, com base nas taxas de títulos do governo, e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (*vested*). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia reconhece em outros resultados abrangentes os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido e devem transitar para lucro acumulados, quando os valores líquidos dos ativos e passivos dos planos são relevantes.

Com as alterações do CPC 33 (R1) Benefícios a empregados, que se tornaram efetivas para os períodos anuais iniciados após 01/01/13, é exigido o reconhecimento das alterações nas obrigações de benefícios definidos e no valor justo dos ativos do plano conforme ocorrem, e, portanto, a eliminação da "abordagem de corredor" permitida na versão anterior da norma e o reconhecimento antecipado dos custos de serviços passados. Adicionalmente, as modificações exigem que todos os ganhos e prejuízos atuariais sejam reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão seja reconhecido na demonstração consolidada da posição financeira para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano.

(ii) Outros benefícios de longo prazo a empregados - Pró Saúde Integrado e Plano Odontológico

A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados que não os planos de pensão é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Aquele benefício é descontado para apurar o seu valor presente, e o valor justo de quaisquer ativos relacionados é deduzido. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras sobre títulos de primeira linha ou, na sua ausência, com base nas taxas de títulos do governo e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia. O cálculo é realizado através do método de crédito unitário projetado. Ganhos e perdas atuariais, quando relevantes, são reconhecidos no resultado no período em que surgem.

(g) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

(h) Reconhecimento da receita

A receita operacional compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de aluguéis e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que seja provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, e de que o valor da receita operacional e os respectivos custos associados possam ser estimados e/ou mensurados de maneira confiável. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos cancelamentos e dos descontos incondicionais, bem como das eliminações de transações não realizadas entre partes relacionadas.

(i) Prestação de serviços

A Companhia considera como prestados os serviços que, por acordo comercial formal, resultem na obrigação irrevogável de entregar aos seus clientes os benefícios decorrentes das atividades operacionais exercidas pela Companhia, independentemente da sua forma de quitação.

Os serviços são prestados aos clientes de forma contínua pelo prazo pactuado no contrato. As receitas são reconhecidas no resultado com base no estágio de entrega ou disponibilidade dos serviços contratados.

a) Telecomunicações

O art. 60 da Lei Geral das Telecomunicações - LGT, Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, define serviço de telecomunicações como "o conjunto de atividades que possibilita a oferta de capacidade de transmissão, emissão ou recepção, por fio, radioeletricidade, meios ópticos ou qualquer outro processo eletromagnético, de símbolos, caracteres, sinais, escritos, imagens, sons ou informações de qualquer natureza". Tais serviços dividem-se em diversas modalidades, sendo a Companhia autorizada pela ANATEL a prestar serviços de telecomunicações na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, de acordo com o Regulamento do SCM aprovado pela Resolução ANATEL n.º 272, de 09 de agosto de 2001. Os contratos de prestação de serviços são remunerados em bases fixas mensais, cujos valores são negociados em função, principalmente, da taxa de

transmissão, da distância entre os pontos de interligação, da quantidade contratada e do prazo de fidelização, os quais variam geralmente entre 1 e 5 anos.

As receitas de telecomunicações compreendem o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações provenientes de solicitações adicionais, deduzidas das glosas e outros abatimentos decorrentes de incentivos baseados em volume de contratações. As receitas são reconhecidas na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável.

O valor atribuível da receita em relação ao estágio de entrega ou disponibilidade dos serviços de telecomunicações é mensurado, em bases mensais, na forma prevista nos contratos. Os serviços iniciados ou cancelados durante o curso do mês de referência são valorados na base *pro-rata-die*, na proporção da entrega ou colocação à disposição dos clientes.

(ii) Outras receitas

a) Aluguel de fibra apagada

Certos acordos comerciais preveem a utilização pelos clientes de parte das redes de fibras ópticas da Companhia, sem que, no entanto, sejam alocados nessas redes quaisquer equipamentos ou serviços de sua propriedade ou responsabilidade. Em outras palavras, é a disponibilização da rede *in natura* sem qualquer equipamento ou inteligência associados. Esse tipo de prestação, semelhante a aluguel, é denominada “fibra apagada”, “fibra escura” ou ainda “*dark fiber*” e não se confunde com o serviço de telecomunicações, uma vez que não preenche os requisitos definidos na Lei Geral das Telecomunicações.

A receita de aluguel de fibra apagada é reconhecida no resultado pelo regime de competência no prazo do contrato.

b) Direito de passagem (sublocação de infraestrutura de transmissão e distribuição)

A Companhia possui contrato de “direito de passagem” nas linhas de transmissão e distribuição da Cemig, por cuja concessão paga mensalmente à concedente, através de participação na receita, uma espécie de *royalty* que varia em função da receita auferida pela Companhia. O mesmo acordo operacional confere à Companhia a possibilidade de sub-rogação desses direitos de passagem a terceiros, desde que haja expressa anuência da concedente. A receita de direito de passagem decorrente da sub-rogação de tais direitos é reconhecida pelo regime de competência, conforme a essência dos contratos aplicáveis.

c) Indenização pela rescisão antecipada de contrato

Os contratos de serviços de telecomunicações possuem cláusulas de proteção que garantem à Companhia o direito à indenização (penalidade a título de perdas e danos pré-fixados) em caso de resolução antecipada e unilateral do pacto pelos clientes, a fim de assegurar o retorno mínimo do investimento realizado pela Companhia no atendimento ao serviço contratado.

(i) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios em contas de serviço de telecomunicações e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, encargos sobre debêntures. Os custos dos empréstimos são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

(j) Arrendamentos

Operacionais - Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como “arrendamentos operacionais”. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos pelo arrendatário no resultado do exercício pelo método linear durante o prazo de contratação do arrendamento.

Financeiros - Os arrendamentos de bens do ativo imobilizado nos quais a Companhia detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade, são classificados como “arrendamentos financeiros”, cujos pagamentos mínimos são sistemática e separadamente alocados entre o passivo em aberto e os encargos financeiros a apropriar. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento, visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Os bens adquiridos na modalidade de arrendamento financeiro são classificados no ativo imobilizado e depreciado de acordo com a sua vida útil estimada.

Política de identificação e classificação de arrendamentos

No início de um contrato qualquer, define-se se o documento é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato dependa do uso daquele ativo especificado.

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial ativo e passivo são reconhecidos por quantias iguais ao valor justo do bem arrendado, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, cada um determinado no início do arrendamento. Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão. Os pagamentos mínimos de arrendamentos financeiros são segregados entre encargo financeiro e redução do passivo em aberto.

Os outros arrendamentos mercantis são classificados como arrendamentos operacionais e são reconhecidos como despesa na base da linha reta durante o prazo do arrendamento mercantil, exceto se outra base sistemática for mais representativa do padrão temporal do benefício.

(k) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a uma combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

- (i) Imposto de renda e contribuição social correntes - é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.
- (ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos - É o efeito decorrente da diferença de tratamento

entre o resultado contábil e o lucro tributário apurado em cada período, os quais podem ter como origem na apuração de prejuízos fiscais compensáveis em períodos futuros ou no registro de transações contábeis que, por expressa previsão legal, tenham seus efeitos tributários (ativos ou passivos) suspensos ou postergados, também conhecidos como diferenças temporárias.

O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio.

O imposto de renda diferido ativo deixa de ser reconhecido nas demonstrações financeiras na medida em que for provável que, à luz das evidências existentes, os benefícios econômicos da dedutibilidade fiscal dos créditos que a ele deram origem, deixarão de ser aproveitados para abater os lucros tributários futuros ou, ainda, sua realização seja incerta ou indeterminada. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados na data de cada levantamento de demonstrações financeiras e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas às diferenças temporárias quando elas são realizadas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados individualmente como ativos ou passivos “não circulantes”, independentemente da existência de expectativa de realização ou reversão no exercício social seguinte e podem ser compensados entre si, caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se relacionem a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

(l) Resultado por ação

- **Básico** - O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período.
- **Diluído** - O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 (IAS 33).

Face à inexistência de instrumentos financeiros que pudessem provocar a diluição do capital, não foram apuradas diferenças entre os lucros básicos e diluídos pela Companhia.

(m) Informação por segmento

Segmento operacional são unidades estratégicas de negócio que oferecem diferentes serviços, cujas operações são gerenciadas separadamente e requerem a aplicação de diferentes tecnologias e estratégias operacionais. Os segmentos operacionais reportáveis são definidos com base nos relatórios utilizados pela Administração para a tomada de decisões e acompanhamento dos negócios, os quais são frequentemente revistos pela Diretoria Executiva da Companhia.

As demonstrações financeiras da Companhia incluem somente um segmento operacional. Assim sendo, considerou-se para fins de elaboração das presentes demonstrações financeiras o segmento operacional relacionado ao negócio de Telecomunicações.

(n) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

(o) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio aos acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia no momento em que são declarados. De acordo com o estatuto social da Companhia, a deliberação sobre o pagamento dos juros sobre o capital próprio intermediário compete ao Conselho de Administração. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado, mediante redução da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social correntes.

(p) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (i) - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. O efeito mais significativo decorrente da aplicação da nova norma refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Assim, a variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecida em “Outros resultados abrangentes”, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em “Outros resultados abrangentes” resulte em ou aumente o descasamento contábil no resultado.

IAS 32/CPC 39 (ii) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensações de Ativos e Passivos - Traz esclarecimentos adicionais à orientação de aplicação contida no IAS 32, sobre as exigências para compensar ativos financeiros e passivos financeiros no balanço patrimonial.

IFRIC 21 - Taxações (ii) - Orienta sobre quando reconhecer um passivo para uma taxa imposta pelo governo, tanto para as taxas que são contabilizadas de acordo com o IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e aqueles nos quais os valores e o período da taxa são claros.

IAS 36 - Impairment de ativos (CPC 01) (ii) - adiciona orientações sobre a divulgação de valores recuperáveis de ativos não financeiros.

IAS 39 - Impairment de ativos (ii) - adiciona orientações esclarecendo que não há necessidade de descontinuar “hedge accounting” se o instrumento derivativo for renovado, desde que certos critérios sejam atingidos.

Alterações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (ii) - As alterações à IFRS 10 definem uma entidade de investimento e exigem que a entidade que reporta e que se enquadra na definição de uma entidade de investimento não consolide suas controladas, mas, em vez disso, mensure suas controladas pelo valor justo através do resultado em suas demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

Para se caracterizar como entidade de investimento, uma entidade que reporta deve:

- obter recursos de um ou mais investidores com o objetivo de prestar-lhes serviços profissionais de gestão de investimentos.
- comprometer-se com seu(s) investidor(es) de que seu objeto social é o investimento de recursos somente para obter retornos sobre a valorização do capital e a receita de investimento, ou os dois.
- mensurar e avaliar o desempenho de substancialmente todos os seus investimentos com base no valor justo.

Foram feitas alterações decorrentes à IFRS 12 e à IAS 27 para introduzir novas exigências de divulgação

para entidades de investimento.

(i) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

(ii) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários. A administração entende que a aplicação dessas alterações não terão efeitos significativos sobre os saldos reportados anteriormente.

4. Determinação do valor justo de ativos e passivos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo para os ativos e passivos, financeiros e não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Derivativos

Quando aplicável, derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

5. Mudanças de práticas contábeis

Exceto quanto ao descrito abaixo, as políticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das presentes demonstrações financeiras estão consistentes com as políticas contábeis adotadas na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais apresentadas em 31 de dezembro de 2012.

CPC 33 (R1) e IAS 19 revisada - Benefícios a empregados

As modificações alteraram a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão. A modificação mais significativa refere-se à contabilização das alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano no próprio ano, com a eliminação da "abordagem de corredor" permitida na versão anterior da IAS 19 e o reconhecimento antecipado dos custos de serviços passados. As modificações exigem que todos os ganhos e prejuízos atuariais sejam reconhecidos imediatamente como resultado abrangente diretamente no Patrimônio Líquido, de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão sejam reconhecidos no Balanço Patrimonial para refletir o valor integral do déficit ou superávit dos planos. Devido à imaterialidade dos efeitos, a Companhia decidiu por não modificar as demonstrações financeiras em 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2012.

CPC 19 (R2) e IFRS 11 - Negócios em conjunto

A IFRS 11 substitui a IAS 31 Participações em Joint Ventures. A IFRS 11 aborda como um acordo de participação onde duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificada. A SIC-13 Joint Ventures - Contribuições Não-Monetárias de Investidores será retirada com a aplicação da IFRS 11. De acordo com a IFRS 11, os acordos de participação são classificados como operações conjuntas ou joint ventures, conforme os direitos e as obrigações das partes dos acordos. Adicionalmente, de acordo com a IFRS 11, as joint ventures devem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto de acordo com o critério anterior do IAS 31 permitia-se a contabilização pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método de consolidação proporcional para as entidades controladas em conjunto. Em função da adoção dessa norma, a Companhia passou a contabilizar pelo método de equivalência patrimonial a sua participação na Ativas, entidade onde detém o controle em conjunto, não mais utilizando o método de consolidação proporcional. Dessa forma, passou a não mais apresentar informações contábeis intermediárias ou demonstrações financeiras consolidadas.

Os efeitos nas demonstrações financeiras decorrentes do mencionado acima são como segue:

Cemig Telecomunicações S.A. - CemigTelecom

-	4.397	4.397	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
255.379	(33.788)	221.591	Capital social	225.081
12.588	(10.323)	2.265	Reservas de lucros	58.017
298.194	(40.264)	257.930	Total do patrimônio líquido	283.098
415.514	(52.504)	363.010	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PASSIVO	415.514

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	CONSOLIDADO		INDIVIDUAL	
	31/12/2012	Ajuste IFRS 11	31/12/2012	(Reapresentado)
RECEITA LÍQUIDA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	134.194	(21.361)	112.833	
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(83.464)	20.831	(62.633)	
LUCRO BRUTO	50.730	(530)	50.200	
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:				
Despesas gerais e administrativas	(33.382)	11.588	(21.794)	
Despesas com vendas e marketing	(148)	-	(148)	
Outras receitas operacionais	967	12	979	
Outras despesas operacionais	(687)	-	(687)	
Total	(33.250)	11.600	(21.650)	
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS, EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL E DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	17.480	11.070	28.550	
Receitas financeiras	10.723	(1.232)	9.491	
Despesas financeiras	(13.107)	8.457	(4.650)	
Resultado de equivalência patrimonial	-	(18.295)	(18.295)	
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	15.096	-	15.096	
Imposto de renda e contribuição social corrente	(3.606)	-	(3.606)	
Imposto de renda e contribuição social diferido	(1.940)	-	(1.940)	
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	9.550	-	9.550	

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	CONSOLIDADO		INDIVIDUAL	
	31/12/2012	Ajuste IFRS 11	31/12/2012	(Reapresentado)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício	9.550	-	9.550	
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Depreciação e amortização	36.301	(4.724)	31.577	
Encargos financeiros sobre financiamentos	11.990	(7.962)	4.028	
Reversão (constituição) de provisão para o imposto de renda e contribuição social diferidos	1.940	-	1.940	
Custo dos bens do ativo imobilizado baixados	906	(219)	687	
Provisão para obsolescência	(744)	-	(744)	
Provisão para contingências	1.224	-	1.224	
Equivalência patrimonial	-	18.295	18.295	
Imposto de renda e contribuição social correntes	3.606	-	3.606	
Reversão de ajuste a valor presente	639	(771)	(132)	
Varição nos ativos e passivos	(10.359)	10.495	136	
Redução (aumento) de ativos	(8.887)	13.638	4.751	
Bancos conta garantia	(223)	-	(223)	
Contas a receber de clientes	(12.862)	11.985	(877)	
Tributos a recuperar	5.351	508	5.859	
Outros ativos	(1.153)	1.145	(8)	
Aumento (redução) de passivos	(1.472)	(3.143)	(4.615)	

Cemig Telecomunicações S.A. - CemigTelecom

Fornecedores e outras contas a pagar	1.317	(989)	328
Obrigações sociais e fiscais	(5.698)	(2.075)	(7.773)
Adiantamento de clientes	2.909	(79)	2.830
Outros passivos	-	-	-
CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	55.053	15.114	70.167
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8.343)	-	(8.343)
Juros pagos	(10.281)	5.721	(4.560)
CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	36.429	20.835	57.264
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de ativo imobilizado	(31.053)	7.775	(23.278)
Aumento de investimento mantido até o vencimento	(36.850)	24.382	(12.468)
Aquisição de participação societária - Aumento de capital	-	(10.682)	(10.682)
Aumento do intangível	(2.380)	2.205	(175)
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(70.283)	23.680	(46.603)
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Debêntures emitidas	71.831	(71.831)	-
Pagamento de debêntures	(28.126)	20.692	(7.434)
Dividendos	(28.800)	-	(28.800)
Pagamento de juros sobre o capital próprio	(23.425)	-	(23.425)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(8.520)	(51.139)	(59.659)
TOTAL DE INGRESSO DE RECURSOS	(42.374)	(6.624)	(48.998)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA			
No início do período	56.691	(1.309)	55.382
No fim do período	14.317	(7.933)	6.384
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	(42.374)	(6.624)	(48.998)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	CONSOLIDADO		INDIVIDUAL	
	31/12/2012		Ajuste IFRS 11	31/12/2012 (Reapresentado)
1 - RECEITAS	195.290		(24.833)	170.457
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	168.347		(24.352)	143.995
1.3) Outras receitas, líquidas (a)	26.943		(481)	26.462
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	68.699		(14.163)	54.536
2.1) Custo das mercadorias e serviços vendidos	23.338		(8.975)	14.363
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (a)	45.177		(5.188)	39.989
2.4) Outros	184		0	184
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	126.591		(10.670)	115.921
4 - RETENÇÕES				
4.1) Depreciação e amortização	36.301		(4.724)	31.577
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	90.290		(5.946)	84.344
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	10.723		(19.527)	(8.804)
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	-		(18.295)	(18.295)
6.2) Receitas financeiras	10.723		(1.232)	9.491
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	101.013		(25.473)	75.540
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	101.013		(25.473)	75.540
8.1) Pessoal e encargos	29.702		(13.534)	16.168
8.1.1) Remuneração direta	23.015		(10.986)	12.029
8.1.2) Benefícios	4.449		(1.441)	3.008
8.1.3) Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	1.484		(767)	717
8.1.4) Outras	754		(340)	414
8.2) Impostos, taxas e contribuições	43.063		(3.430)	39.633
8.2.1) Federais	18.312		(3.104)	15.208
8.2.2) Estaduais	24.199		226	24.425
8.2.3) Municipais	552		(552)	-
8.3) Remuneração de capitais de terceiros	18.698		(8.509)	10.189
8.3.1) Juros	12.903		(8.253)	4.650
8.3.2) Aluguéis	5.795		(256)	5.539
8.4) Remuneração de capitais próprios	9.550		-	9.550
8.4.1) Juros sobre o capital próprio e dividendos	16.200		-	16.200
8.4.2) Lucros retidos do período	(6.650)		-	(6.650)

6. Segmentos operacionais

A Companhia considera segmento operacional divulgável o negócio de Telecomunicações, no qual opera e constitui unidade de negócio estratégica para a Companhia.

Informações referentes aos resultados do segmento reportável estão incluídas abaixo. O desempenho é avaliado com base no lucro do segmento antes do imposto de renda e contribuição social, como incluído nos relatórios internos que são analisados pela Administração.

	Telecomunicações	
	2013	2012
Receita líquida	113.411	112.833
Receitas financeiras	6.430	9.491
Despesas financeiras	(3.910)	(4.650)
Depreciação e amortização	(30.783)	(31.577)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	9.912	15.096
Resultado de equivalência patrimonial	(19.986)	(18.295)

7. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/13	31/12/12
Caixa e depósitos bancários	1.570	63
Fundos de renda fixa		
Certificados de Depósitos Bancários	3.261	2.806
Debêntures	3.701	659
Outros	159	2.856
Total	8.691	6.384

8. Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários referem-se a: (i) títulos de renda fixa e estão representados por cotas de fundos administrados por instituições financeiras que cumprem com os requisitos de idoneidade e solidez estabelecidos pelo Grupo Controlador; e (ii) investimentos em títulos e certificados de depósitos bancário - CDB com prazos de vencimentos superiores a 90 dias, cujos montantes apresentados no ativo circulante consideram a expectativa de realização no curto prazo.

Títulos de renda fixa	31/12/13	31/12/12
Circulante		
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários (a)	2.924	6.855
Debêntures	-	7.850
Fundos de renda fixa		
Certificados de Depósitos Bancários (b)	2.556	1.828
Debêntures (c)	2.888	3.716
Letras Financeiras do Tesouro (d)	640	5.896
Letras Financeiras - Bancos (e)	8.513	4.812
Outros	407	-
Subtotal	17.928	30.957
Não Circulante		
Fundos de renda fixa		
Certificados de Depósitos Bancários (b)	-	87
Letras Financeiras do Tesouro (d)	-	3.314
Letras Financeiras - Bancos (e)	1.544	361
Outros	10	233
Subtotal	1.554	3.995
Total	19.482	34.952

- (a) Certificados de depósito bancário pós-fixados, rentabilidade média de 107,0% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- (b) Certificados de depósito bancário pós-fixados, rentabilidade média de 105,1% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- (c) Debêntures pós-fixadas, rentabilidade média de 103,7% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- (d) Letras financeiras do tesouro pós-fixadas cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic, a taxa de juros básica da economia. Sua remuneração é dada pela variação da taxa Selic diária registrada entre a data de liquidação da compra e a data de vencimento do título, acrescida, se houver, de ágio ou deságio no momento da compra.
- (e) Letras financeiras (Bancos) pós-fixadas, rentabilidade média de 107,2% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

9. Contas a receber de clientes

	31/12/13	31/12/12
Partes relacionadas (nota 21)	5.643	3.795
Terceiros	21.334	20.086
Créditos de liquidação duvidosa (a)	(1.223)	(2.216)
Total	25.754	21.665
Circulante	21.090	20.163
Não circulante	4.664	1.502

A seguir apresentamos o resumo das contas a receber vencidas por idade de vencimento:

<u>Contas a receber - vencidas</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
De 1 a 30 dias	3.279	2.856
De 31 a 60 dias	258	1.451
De 61 a 90 dias	49	657
De 91 a 180 dias	301	1.001
Acima de 181 dias	<u>4.948</u>	<u>3.059</u>
Total	<u>8.835</u>	<u>9.024</u>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.223)	(2.216)
Percentual das perdas reconhecidas sobre as contas a receber vencidas	<u>14%</u>	<u>25%</u>

- (a) A estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa é registrada após avaliação individual dos títulos. Os que apresentam dúvidas quanto a sua realização, têm suas perdas reconhecidas na demonstração do resultado no montante em que se espera incorrer.

A movimentação da estimativa de perdas nas contas a receber, pode ser assim demonstrada:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Saldos em 1º de janeiro	(2.216)	(2.216)
Baixa permanente de provisão	1.010	-
Constituições	<u>(17)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro	<u>(1.223)</u>	<u>(2.216)</u>

10. Tributos a recuperar

	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços - ICMS (a)	4.049	3.913
Imposto de renda e contribuição social antecipados	2.071	4.737
Imposto de renda e contribuição social a compensar	113	113
Imposto de Renda Retido na Fonte	450	293
Outros	<u>10</u>	<u>-</u>
Total	<u>6.693</u>	<u>9.056</u>
Circulante	<u>4.167</u>	<u>7.238</u>
Não circulante	<u>2.526</u>	<u>1.818</u>

- (a) Refere-se, basicamente, a créditos a recuperar de ICMS destacados nas notas fiscais de aquisições de bens do ativo imobilizado, os quais são aproveitados em 48 meses a partir da sua escrituração no livro CIAP.

11. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos, referem-se a ativo fiscal diferido constituído, principalmente, sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social apurados até a data do balanço. O registro do imposto de renda diferido relativo a crédito tributário oriundo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social teve como base o estudo técnico de viabilidade elaborado pela Diretoria e aprovado pelos Conselhos Fiscal e de Administração da Companhia em 18 de março de 2014, em conformidade com o disposto na Deliberação 273/98 e Instrução 371/02 da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As premissas utilizadas na elaboração do estudo técnico de viabilidade foram baseadas na projeção de geração de lucros tributáveis futuros suficientes ao esgotamento dos créditos fiscais, considerando o plano de negócios da Companhia e de sua controlada em conjunto e as perspectivas do cenário macroeconômico do setor. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia.

O imposto de renda e contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	31/12/13	31/12/12
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	19.547	21.528
Créditos de liquidação duvidosa	18	368
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	111	118
Depreciação - Lei 11.941/09	1.434	702
Perda atuarial registrada em outros resultados abrangentes	(82)	-
Outras adições temporárias	317	175
Total	<u>21.345</u>	<u>22.891</u>

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado do exercício é demonstrada como segue:

	Acumulado do exercício	
	31/12/13	31/12/12
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	10.040	15.096
Juros sobre Capital Próprio	(11.284)	(16.200)
Resultado de Equivalência Patrimonial	19.507	18.295
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social ajustados	18.263	17.191
Alíquota nominal de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social	(6.209)	(5.845)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:		
Efeitos fiscais incidentes sobre:		
Incentivos fiscais	204	148
Outras adições e exclusões, líquidas	144	151
Despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social	<u>(5.861)</u>	<u>(5.546)</u>
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(4.396)	(3.606)
Diferido	(1.465)	(1.940)
Total	<u>(5.861)</u>	<u>(5.546)</u>

As declarações de rendimentos da Companhia estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos. Outros impostos e taxas e contribuições estão também sujeitas a essas condições, conforme legislação aplicável.

A movimentação do ativo fiscal diferido no exercício de 2013 pode ser assim demonstrada:

	Acumulado do exercício				31/12/13
	31/12/12	Constituição	Utilização	Outros resultados abrangentes	
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	21.528	-	(1.981)	-	19.547
Créditos de liquidação duvidosa	368	-	(350)	-	18
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	118	-	(7)	-	111
Depreciação - Lei 11.941/09	702	732	-	-	1.434
Perda atuarial registrada em outros resultados abrangentes	-	-	-	(82)	(82)
Outras diferenças temporárias	175	142	-	-	317
Total do crédito tributário reconhecido	<u>22.891</u>	<u>874</u>	<u>(2.338)</u>	<u>(82)</u>	<u>21.345</u>

12. Investimento em controlada em conjunto

A Companhia é detentora de 49% (quarenta e nove por cento) do capital votante da empresa Ativas Data Center S.A. Os sócios possuem acordo de acionistas que garante à CemigTelecom poder de veto nas principais deliberações sociais da sociedade, sendo-lhe conferida, inclusive, a indicação de um Diretor executivo e mais 2/5 (dois quintos) dos assentos no Conselho de Administração.

A Ativas, até a finalização da fase de construção de seu data center, ocorrida em janeiro de 2011, manteve-se em situação inicial e provisória de operações, tendo acumulado, até 31 de dezembro de 2013, prejuízos líquidos contábeis de R\$131.957 (R\$92.147 até 31/12/12), desde a sua constituição em 2009. Em decorrência dos prejuízos apurados pela investida e da paridade dos aportes realizados pelos sócios, apurou-se um ágio na CemigTelecom no valor de R\$4.397, fundamentado na expectativa de lucros futuros dessa investida.

A controlada Ativas está em fase de maturação de seus negócios e os resultados até então por ela apurados estão em linha com as projeções da sua Administração. Adicionalmente, a Ativas vem realizando diversas ações visando à readequação de sua estrutura organizacional e societária, com o objetivo de corrigir, quando necessário, o curso de seus negócios, adequando-se também às melhores práticas de mercado utilizadas pela concorrência. As projeções de resultado apontadas no plano de negócio da Ativas indicam o auferimento de resultados operacionais (lucro antes do imposto de renda) positivos a partir de 2016.

As principais informações sobre essa controlada em conjunto estão apresentadas abaixo em valores integrais, alinhando as práticas contábeis da Ativas às da CemigTelecom:

	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Ativo	221.136	207.125
Passivo	260.293	226.472
Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)	(39.157)	(19.347)
Receita Líquida	65.214	44.900
Prejuízo Líquido do Exercício	(39.810)	(37.338)

A movimentação do investimento no capital da Ativas nos exercícios de 2012 e 2013 foi como segue:

<u>Movimentação em 2012</u>			<u>Movimentação em 2013</u>			
<u>01/01/12</u>	<u>Aumento de capital</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>31/12/12</u>	<u>Aumento de capital</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>31/12/13</u>
<u>(1.867)</u>	<u>10.682</u>	<u>(18.295)</u>	<u>(9.480)</u>	<u>9.800</u>	<u>(19.507)</u>	<u>(19.187)</u>

O valor do investimento em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 pode ser assim demonstrado:

	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Patrimônio líquido da investida	(39.157)	(19.347)
Percentual de participação (%)	<u>49,00%</u>	<u>49,00%</u>
Investimento avaliado pelo método da equivalência patrimonial	(19.187)	(9.480)
Ágio pago na subscrição	<u>4.397</u>	<u>4.397</u>
Saldo do investimento	<u>4.397</u>	<u>4.397</u>
Saldo do passivo a descoberto	<u>(19.187)</u>	<u>(9.480)</u>
Perda de equivalência patrimonial	<u>(19.507)</u>	<u>(18.295)</u>

A composição acionária da Ativas em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 é a seguinte:

Acionista	Quantidade de ações	Participação acionária
Ativas Participações S.A.	47.327.997	51,00%
Cemig Telecomunicações S.A.	45.472.000	49,00%
Outros	3	-
Total	92.800.000	100,00%

Garantia de aporte pelos acionistas

Com vistas a viabilizar a captação de recursos no mercado financeiro pela controlada em conjunto (Ativas), os acionistas dessa Companhia celebraram termo de compromisso junto à instituição financeira, no qual se obrigam a aportar recursos na sociedade investida sempre que verificada condição de falta de cobertura de fluxos de caixa.

13. Imobilizado

	<u>31/12/13</u>		<u>31/12/12</u>	
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Valor líquido</u>
Terrenos	82	-	82	82
Imóveis	55	(13)	42	43
Instalações	128	(21)	107	120
Máquinas e equipamentos	1	-	1	1
Móveis e utensílios	1.415	(844)	571	486
Computadores e periféricos	1.829	(1.412)	417	240
Instrumentos de Teste	2.882	(2.448)	434	526
Benfeitorias	216	(162)	54	71
Sistema de recepção de Satélites	9.283	(8.855)	428	1.020
Equipamentos de redes de telecomunicações	288.572	(206.065)	82.507	93.980
Materiais	53.118	(28.209)	24.909	26.341
Cabos	135.387	(55.898)	79.489	70.326
Infraestrutura de rede	19.110	(9.595)	9.515	6.356
Imobilizado em andamento	33.015	-	33.015	13.711
Subtotal	545.093	(313.522)	231.571	213.303
Provisão para obsolescência	-	-	-	-
Total líquido	545.093	(313.522)	231.571	213.303

As taxas de depreciação e as vidas úteis remanescentes foram determinadas através de laudos técnicos emitidos por engenheiros da Companhia e refletem a expectativa de vida útil dos bens, estando demonstradas como segue:

Taxas de depreciação e vidas úteis dos ativos:

<u>Classe de ativos</u>	<u>Percentual médio depreciado até 31/12/13</u>	<u>Vida útil média remanescente (anos)</u>	<u>Taxas anuais de depreciação</u>
Imóveis	24%	38,2	2%
Instalações	16%	8,4	10%
Máquinas e equipamentos	0%	10,0	10%
Móveis e utensílios	60%	4,0	10%
Computadores e periféricos	77%	1,1	20%
Instrumentos de Teste	85%	1,5	10%
Infraestrutura de rede	50%	9,1	3 a 10%
Benfeitorias	75%	1,3	20%
Sistema de recepção de Satélites	95%	0,6	8%
Equipamentos de redes de telecomunicações	71%	2,9	10%
Materiais	53%	6,7	7%
Cabos	41%	11,7	5%

A movimentação do ativo imobilizado em 2013 pode ser assim demonstrada:

	<u>Acumulado do exercício</u>				<u>31/12/13</u>
	<u>31/12/12</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	
Terrenos	82	-	-	-	82
Imóveis	55	-	-	-	55
Instalações	128	-	-	-	128
Móveis e utensílios	1.296	151	(32)	-	1.415
Máquinas e equipamentos	1	-	-	-	1
Computadores e periféricos	1.605	314	(90)	-	1.829
Instrumentos de teste	2.882	-	-	-	2.882
Benfeitorias	211	5	-	-	216
Sistemas de recepção de satélites	9.283	-	-	-	9.283
Equipamentos de redes de telecomunicações	286.503	-	(270)	2.339	288.572
Materiais	53.851	244	(283)	(694)	53.118
Cabos	119.945	-	(56)	15.498	135.387
Infraestrutura de rede	7.489	-	-	11.621	19.110
Imobilizado em andamento	13.709	50.023 (*)	(606)	(30.111)	33.015
Adiantamento a fornecedores	2	-	(2)	-	-
Total do custo	497.042	50.737	(1.339)	(1.347)	545.093
Depreciação acumulada	(283.739)	(30.375)	592	-	(313.522)
Valor líquido depreciável	213.303	20.362	(747)	(1.347) (**)	231.571

(*) Referem-se a gastos relacionados a projetos em andamento para ampliação das redes de telecomunicações.

(**) Os saldos remanescentes nas transferências demonstradas no quadro anterior referem-se às transferências efetuadas entre contas do ativo imobilizado e intangível (nota 14).

A Companhia realizou avaliações da vida útil aplicada em seus ativos com vida útil definida. Os trabalhos de avaliação das vidas úteis dos ativos foram conduzidos pelos profissionais do corpo técnico de engenharia da empresa, os quais consideraram, dentre outros aspectos, os seguintes principais indicativos para formação de seu juízo: (i) informações técnicas relacionadas à utilização e manutenção dos ativos, (ii) perspectivas de mudanças tecnológicas e de mercado, (iii) a capacidade da Companhia em obter no mercado serviços e peças de reposição para os bens e (iv) a possibilidade de realização de upgrades nos equipamentos e softwares relacionados, bem como da capacidade de sua combinação com tecnologias futuras.

Para fins fiscais, foram mantidas as vidas úteis dos bens e a diferença entre a base contábil e fiscal são tratadas como diferenças temporárias, cujos reflexos são reconhecidos como crédito ou débito fiscal diferido no período em que tais diferenças ocorrem.

14. Intangível

	31/12/12	Acumulado do exercício		31/12/13
		Adições	Transferências	
Licença de uso de software	912	108	-	1.020
Sistemas de gestão	2.901	-	1.347	4.248
Total do Custo	3.813	108	1.347	5.268
Amortização acumulada	(1.327)	(408)	-	(1.735)
Valor líquido amortizável	2.486	(300)	1.347 (*)	3.533

(*) Os saldos remanescentes nas transferências demonstradas no quadro anterior referem-se às transferências efetuadas entre contas do ativo imobilizado e intangível (nota 13).

Taxas de amortização e vidas úteis:

As taxas anuais de amortização praticadas para o exercício de 2013 foram como segue:

Classe de ativo	Vida útil estimada (anos)	Percentual médio amortizado até 31/12/13	Vida útil média remanescente (anos)	Taxas anuais de amortização
Licença de uso de software	5 anos	79%	1,1	20%
Sistema de gestão	10 anos	22%	7,8	10%

15. Debêntures

	31/12/13	31/12/12
Circulante	7.961	7.989
Não Circulante	24.205	32.068
Total	32.166	40.057

Estão representadas por títulos de emissão privada, não conversíveis, subscritos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social Participações S.A. - BNDESPAR no valor de R\$47.483, tendo sido eleito como interveniente e Agente Repassador dos recursos, o Banco Bradesco S.A.

A captação se deu mediante subscrição de debêntures simples, não conversíveis em ações, visando compor a estrutura de *funding* dos seguintes projetos em andamento:

- Projeto Sistema Integrado Multisserviços - SIM;
- Projeto Expansão da Rede de Transporte; e

- Demais projetos, dentre os quais se destacam GPON, Expansão da Rede HFC, Expansão Internet e Sistema da Informação e Gestão.

Como garantia da operação, a Companhia vincula parte de suas receitas, as quais passaram a ser depositadas exclusivamente em Conta Centralizadora, sob gestão do Agente Repassador, que promove a administração dessas garantias.

A administração das garantias pelo Agente Repassador consiste no acolhimento da arrecadação de receitas na Conta Centralizadora, transitória de recursos, com imediato repasse à Conta Reserva, sempre que for verificada existência de recursos inferiores à soma das seis próximas parcelas de amortização de todas as séries de debêntures emitidas ou, ainda, à Conta Retenção, em caso de descumprimento contratual pela Companhia. O valor excedente transitado na conta centralizadora que não estiver sujeito à transferência às contas de Reserva ou de Retenção fica automaticamente livre para movimentação.

Foram emitidas ao todo pela Companhia 47.483 debêntures divididas em 6 séries, todas nominativas, simples, com garantia flutuante e valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) na data da emissão, conforme abaixo:

Séries Debêntures	Quant.	Valor Unitário	Valor Monetário	TJLP + Custo Fin.		Remuneração		Custo Total
				TJLP	Custo Fin.	BNDES	de Risco	
Primeira Série	23.405	1.000	23.405	5,00%	1,00%	1,80%	0,82%	8,62%
Segunda Série	8.616	1.000	8.616	5,00%	1,00%	2,50%	0,82%	9,32%
Terceira Série	3.259	1.000	3.259	5,00%	-	1,00%	0,72%	6,72%
Quarta Série	7.085	1.000	7.085	5,00%	1,00%	1,80%	0,82%	8,62%
Quinta Série	2.912	1.000	2.912	5,00%	1,00%	2,50%	0,82%	9,32%
Sexta Série	2.206	1.000	2.206	5,00%	-	0,90%	0,82%	6,72%
Total	47.483		47.483					

O resgate das debêntures ocorrerá em até 73 meses, contados a partir do término do prazo de carência, estabelecido em 15 de dezembro de 2011. O serviço da dívida foi pago trimestralmente durante a fase de carência e mensalmente, após iniciado o prazo de amortização da dívida.

Além das garantias ofertadas, foram pactuados outros compromissos no contrato (*covenants*), os quais poderão provocar, em caso de descumprimento de certas cláusulas pela Companhia, o bloqueio de recursos na Conta Retenção, o vencimento antecipado do contrato e a execução das garantias. Tais obrigações resumem-se, principalmente, na manutenção, desde a emissão das debêntures e até o seu vencimento final, de pelo menos três dos quatro índices financeiros a seguir, os quais deverão ser atingidos ao final de cada semestre civil, ou seja, 30 de junho e 31 de dezembro:

- LAJIDA/ Serviço da Dívida: igual ou superior a 1,30;
- Margem LAJIDA (LAJIDA/ROL): igual ou superior a 0,40;
- Índice de Capitalização (PL/AT): igual ou superior a 0,35;
- Dívida Financeira Total/ LAJIDA: igual ou inferior a 3,00.

Até 31 de dezembro de 2013 todos os compromissos assumidos no âmbito desse contrato foram integralmente cumpridos.

A amortização das debêntures será como segue:

Debêntures - BNDES	2014	2015	2016	2017	2018	Total
1ª Série	3.957	3.901	3.901	3.901	325	15.985
2ª Série	1.458	1.436	1.436	1.436	119	5.885
3ª Série	542	536	536	536	43	2.193
4ª Série	1.181	1.165	1.165	1.165	96	4.772
5ª Série	486	479	479	479	39	1.962
6ª Série	366	363	363	363	29	1.484
Subtotal	7.990	7.880	7.880	7.880	651	32.281

Custos de Captação	<u>(29)</u>	<u>(28)</u>	<u>(28)</u>	<u>(28)</u>	<u>(2)</u>	<u>(115)</u>
Total	<u>7.961</u>	<u>7.852</u>	<u>7.852</u>	<u>7.852</u>	<u>649</u>	<u>32.166</u>

A movimentação do financiamento na modalidade BNDES - Debêntures no exercício foi como segue:

Debêntures	Acumulado do exercício				31/12/13
	31/12/12	Pagamento de juros	Amortização	Encargos apropriados	
BNDES					
1ª Série	19.897	(1.516)	(3.900)	1.504	15.985
2ª Série	7.326	(602)	(1.436)	597	5.885
3ª Série	2.731	(164)	(536)	162	2.193
4ª Série	5.940	(453)	(1.164)	449	4.772
5ª Série	2.442	(200)	(479)	199	1.962
6ª Série	1.848	(111)	(363)	110	1.484
Subtotal	<u>40.184</u>	<u>(3.046)</u>	<u>(7.878)</u>	<u>3.021</u>	<u>32.281</u>
Custos de captação	<u>(127)</u>	<u>(16)</u>	-	28	<u>(115)</u>
Total	<u>40.057</u>	<u>(3.062)</u>	<u>(7.878)</u>	<u>3.049</u>	<u>32.166</u>

16. Fornecedores

	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Fornecedores		
Terceiros	9.362	4.447
Partes relacionadas (nota 21)	<u>9.615</u>	<u>4.389</u>
Subtotal	<u>18.977</u>	<u>8.836</u>

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a fornecedores e contas a pagar é divulgada na nota explicativa 26.

17. Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Férias, salário e encargos a pagar	1.894	1.753
Participação dos empregados nos resultados	621	622
Benefícios de longo prazo a empregados (nota 27)	615	439
Outras	<u>109</u>	<u>142</u>
Total	<u>3.239</u>	<u>2.956</u>
Circulante	<u>2.624</u>	<u>2.517</u>
Não Circulante	<u>615</u>	<u>439</u>

18. Obrigações fiscais

	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Imposto de Renda Retido na fonte - IRRF	332	314
Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	1.446	1.416
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	401	349
Programa de Integração Social - PIS	87	76
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST	89	84

Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL (*)	6.318	5.378
Outras	<u>552</u>	<u>287</u>
Total	<u>9.225</u>	<u>7.904</u>

(*) A Companhia foi notificada pelo Comitê Gestor do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL sobre cobrança de contribuição relativa o período de novembro e dezembro/2003 no valor de R\$37, conforme previsto na Lei 10.052/00 e regulamentada pelo Decreto 3.737/01. Em decorrência dessa cobrança extemporânea, a Companhia, que possuía um entendimento prévio de não estar sujeita a essa tributação, reavaliou a matéria e passou a reconhecer, a partir de 2008, o valor da obrigação tributária nas demonstrações financeiras. A alíquota prevista para esse tributo é de 0,5% incidente sobre a receita líquida mensal, sendo que o valor acumulado da obrigação tributária reconhecida nas demonstrações financeiras monta, em 31 de dezembro de 2013, R\$6.318 incluindo juros e multa calculados até aquela data.

19. Adiantamentos de clientes

Contrato	Prazo do contrato	Valor contratado	Receita apropriada	Receita a apropriar
1 par de fibras ópticas por 181 km	10 anos	2.187	492	1.695
1 par de fibras ópticas por 46 km	20 anos	925	46	879
1 par de fibras ópticas por 231 km	20 anos	3.491	-	3.491
Outros	-	515	389	126
Total		<u>7.118</u>	<u>927</u>	<u>6.191</u>

	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Circulante	444	266
Não Circulante	<u>5.747</u>	<u>2.717</u>
Total	<u>6.191</u>	<u>2.983</u>

Os contratos atrelados aos adiantamentos de clientes possuem como objeto a cessão onerosa de caráter irrevogável e irretratável de pares de fibra óptica apagada, não incluindo a cessão de quaisquer equipamentos ou a prestação de serviços de telecomunicações.

Os contratos possuem prazo de duração médio de 17 anos e não contêm cláusulas sobre renovação ou opção de venda dos ativos. A receita, vinculada a estes contratos, reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foi de R\$ 283 mil (R\$ 234 em 2012).

20. Provisões para Riscos

	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Tributário	-	16
Outras ações cíveis	<u>313</u>	<u>317</u>
Total	<u>313</u>	<u>333</u>

Classificação das contingências em relação à expectativa de perda

<u>Provisões passivas</u>	<u>Expectativa de perda</u>			<u>Total</u>
	<u>Remoto</u>	<u>Possível</u>	<u>Provável</u>	
Tributário	80	-	-	80 (*)

Trabalhista	499	-	-	499
Outras ações cíveis	31	26	313	370
Subtotal	<u>610</u>	<u>26</u>	<u>313</u>	<u>949</u>

(*) Os processos tributários estão representados, substancialmente, por demandas fiscais de responsabilidade de fornecedores, terceiros envolvidos, os quais garantem tanto o patrocínio da causa, quanto assumem todo o ônus decorrente da eventual perda da ação.

A movimentação das provisões para riscos no exercício pode ser assim demonstrada:

	31/12/12	Reversão no exercício	31/12/13
Tributário	16	(16)	-
Outras ações cíveis	317	(4)	313
Total	<u>333</u>	<u>(20)</u>	<u>313</u>

21. Transações com partes relacionadas

A Cemig Telecomunicações S.A - CemigTelecom é uma subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais S.A - CEMIG, que por sua vez, tem como principais acionistas o Governo do Estado de Minas Gerais (51%) e Andrade Gutierrez Concessões Energia (33%). Na descendente, além da CemigTelecom, o Grupo Controlador, CEMIG, possui participação nas seguintes principais empresas: Cemig Geração e Transmissão S.A. (100%), Cemig Distribuição S.A. (100%), Companhia de Gás do Estado de Minas Gerais S.A. - Gasmig (55.2%), Rosal Energia (100%), Sá Carvalho (100%) e Light S.A. (26,6%).

A Companhia considera como partes relacionadas, além de sua controlada em conjunto, o acionista controlador e suas respectivas pessoas ligadas, as sociedades ou pessoas que, direta ou indiretamente possuem influência significativa na Administração da Companhia, as entidades de previdência complementar (Forluz) e administradora de plano de saúde e odontológico (Cemig Saúde), onde a Companhia é co-patrocinadora juntamente com as demais empresas do Grupo Cemig e os administradores e empregados da Companhia.

Transações ativas (vendas) - As principais transações comerciais ativas mantidas pela Companhia com partes relacionadas referem-se à comercialização de circuitos e de outros serviços de telecomunicações em geral, onde as empresas do Grupo Controlador, CEMIG, respondem atualmente por 12% (16% em 2012) do faturamento da Companhia.

Transações Passivas (compras) - As principais transações passivas da Companhia realizadas com partes relacionadas referem-se ao fornecimento de energia elétrica para alimentação dos equipamentos de telecomunicações, prestação de serviços de gerenciamento e manutenção da rede de telecomunicações e aluguel pelo compartilhamento da infraestrutura de transmissão e distribuição de energia para instalação de cabos e equipamentos de telecomunicações.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de negócios realizados em condições e prazos pactuados entre as partes para os respectivos tipos de operações.

Saldos em 31 de dezembro de 2013

	31/12/13		Acumulado do exercício	
	Ativo	Passivo	Vendas	Compras
Companhia Energética de Minas Gerais S.A.				
Serviços de Comunicação	26	-	310	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	14.200
Reembolso de custos com pessoal cedido	149	919	703	2.364
Outros	3	-	-	-
Subtotal	<u>178</u>	<u>919</u>	<u>1.013</u>	<u>16.564</u>

Saldos em 31 de dezembro de 2013

	31/12/13		Acumulado do exercício	
	Ativo	Passivo	Vendas	Compras
Serviços contratados a faturar	-	564	-	354
Total	178	1.483	1.013	16.918
Cemig Distribuição				
Serviços de Comunicação	3.743	-	11.440	-
Fornecimento de energia elétrica	-	-	-	3.523
Serviços de manutenção da rede	-	1	-	993
Reembolso de custos com pessoal cedido	-	-	54	-
Direito de Passagem/Infraestrutura	-	6.377	-	3.591
Outros	624	-	-	-
Subtotal	4.367	6.378	11.494	8.107
Serviços contratados a faturar	-	1.458	-	1.458
Total	4.367	7.836	11.494	9.565
Cemig Geração e Transmissão S/A				
Serviços de Comunicação	716	-	3.437	-
Serviços de manutenção da rede	-	-	-	109
Outros	113	-	-	-
Subtotal	829	-	3.437	109
Serviços contratados a faturar	-	78	-	78
Total	829	78	3.437	187
Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ				
Serviços de Comunicação	8	-	87	-
Previdência Privada	-	141	-	2.062
Total	8	141	87	2.062
Cemig Saúde				
Serviços de Comunicação	4	-	49	-
Assistência Médica e odontológica	-	77	-	911
Total	4	77	49	911
Companhia de Gás de Minas Gerais - Gasmig				
Serviços de Comunicação	13	-	147	-
Reembolso de custos com pessoal cedido	5	-	-	-
Total	18	-	147	-
Entidades ligadas ao Governo do Estado de Minas Gerais				
Circulante				
Serviços de Comunicação	6	-	81	-
Tributos compensáveis - ICMS	1.060	1.446	(24.163)	-
Não Circulante				
Tributos compensáveis - ICMS	2.988	-	-	-
Total	4.054	1.446	(24.082)	-
Ativas Data Center S/A				
Serviços de Comunicação	204	-	2.320	-
Serviço de Outsourcing de Data Center	-	-	-	100
Reembolso de custos com pessoal cedido	29	-	278	41
Total	233	-	2.598	141
Total em 31/12/13	9.691	11.061	(5.257)	29.784

Saldos em 31 de dezembro de 2012

	31/12/12		Acumulado do exercício	
	Ativo	Passivo	Vendas	Compras
<u>Companhia Energética de Minas Gerais S.A.</u>				
Serviços de Comunicação	26	-	394	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	16.200
Reembolso de custos com pessoal cedido	-	72	-	2.566
Outros	3	-	3	-
Subtotal	<u>29</u>	<u>72</u>	<u>397</u>	<u>18.766</u>
Serviços contratados a faturar	-	315	-	-
Total	<u>29</u>	<u>387</u>	<u>397</u>	<u>18.766</u>
<u>Cemig Distribuição</u>				
Serviços de Comunicação	2.729	-	15.713	-
Fornecimento de energia elétrica	-	-	-	3.239
Serviços de manutenção da rede	-	270	-	1.603
Reembolso de custos com pessoal cedido	54	-	682	-
Direito de Passagem/Infraestrutura	-	1.744	-	3.257
Outros	268	-	268	-
Subtotal	<u>3.051</u>	<u>2.014</u>	<u>16.663</u>	<u>8.099</u>
Serviços contratados a faturar	-	1.362	-	1.362
Total	<u>3.051</u>	<u>3.376</u>	<u>16.663</u>	<u>9.461</u>
<u>Cemig Geração e Transmissão S/A</u>				
Serviços de Comunicação	460	-	4.374	-
Serviços de manutenção da rede	-	28	-	175
Outros	71	-	68	-
Subtotal	<u>531</u>	<u>28</u>	<u>4.442</u>	<u>175</u>
Serviços contratados a faturar	-	1	-	1
Total	<u>531</u>	<u>29</u>	<u>4.442</u>	<u>176</u>
<u>Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ</u>				
Serviços de Comunicação	5	-	112	-
Previdência Privada	-	460	-	2.015
Total	<u>5</u>	<u>460</u>	<u>112</u>	<u>2.015</u>
<u>Cemig Saúde</u>				
Serviços de Comunicação	4	-	44	-
Assistência Médica e odontológica	-	132	-	881
Total	<u>4</u>	<u>132</u>	<u>44</u>	<u>881</u>
<u>Companhia de Gás de Minas Gerais - Gasmig</u>				
Serviços de Comunicação	12	-	137	-
Reembolso de custos com pessoal cedido	5	-	-	-
Total	<u>17</u>	<u>-</u>	<u>137</u>	<u>-</u>

	31/12/12		Acumulado do exercício	
	Ativo	Passivo	Vendas	Compras
<u>Entidades ligadas ao Governo do Estado de Minas Gerais</u>				
Circulante				
Serviços de Comunicação	6	-	75	-
Tributos compensáveis - ICMS	2.095	1.416	(24.425)	-
Não Circulante				
Tributos compensáveis - ICMS	1.818	-	-	-
Total	3.919	1.416	(24.350)	-
<u>Ativas Data Center S/A</u>				
Serviços de Comunicação	123	-	1.858	-
Reembolso de custos com pessoal cedido	29	5	343	65
Total	152	5	2.201	65
Total em 31/12/12	7.708	5.805	(354)	31.364

Remuneração de Administradores - A Companhia pagou durante o ano de 2013, a título de remuneração e demais benefícios a Administradores a importância de R\$1.192 (R\$1.084 em 2012), como segue:

Cargo	Remuneração		Benefícios		Total	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Diretores	774	970	99	89	873	1.059
Conselheiros	319	25	-	-	319	25
Total	1.093	995	99	89	1.192	1.084

Em 26 de abril de 2013 a Assembléia Geral de Acionistas da Companhia fixou, a partir do exercício de 2013, limite global anual de R\$3.250 a título de remuneração de Diretores, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

Previdência Complementar e demais benefícios a empregados - Conforme nota explicativa 27, a Companhia é co-patrocinadora da entidade fechada de previdência complementar - Forluz e da Cemig Saúde, responsável pela administração dos planos de assistência médica e odontológica aos empregados, sendo que as contribuições realizadas pela Companhia foram como segue:

PLANO	2013		2012	
	Forluz	Cemig Saúde	Forluz	Cemig Saúde
Plano misto de benefícios previdenciários - Plano B	2.245	-	1.794	-
Plano Pró-Saúde Integrado - PSI	-	931	-	847
Plano Odontológico - POD	-	43	-	28
Total	2.245	974	1.794	875

Adicionalmente, além dos benefícios previstos em Lei, a Companhia concedeu também aos seus empregados auxílio-creche, seguro de vida em grupo e tíquete restaurante/alimentação.

Participação dos empregados nos Resultados - O estatuto social da Companhia prevê a distribuição aos empregados, a título de participação nos resultados, um montante anual como forma de incentivar os empregados a alcançarem os melhores resultados, cujos indicadores e metas são periodicamente estabelecidos em negociação coletiva de trabalho. No ano de 2013 foram pagos R\$988 (R\$758 em 2012) a título de produtividade, estando prevista participação complementar sobre os resultados de 2013 no valor de R\$570 (R\$608 em 2012), a serem pagos a cada empregado proporcionalmente aos salários recebidos, condicionado ao cumprimento das metas estabelecidas em acordo coletivo.

22. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2013 e 2012 está representado por 381.023.385 ações ordinárias sem valor nominal, distribuídas como segue:

Acionistas	Ações	Valor	Participação
			%
Companhia Energética de Minas Gerais S.A.	381.023.384	225.081	100%
Outros	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>381.023.385</u>	<u>225.081</u>	<u>100%</u>

(b) Remuneração dos acionistas

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido de cada exercício ajustado, conforme descrito abaixo.

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, o Conselho de Administração aprovou em reunião realizada em 5 de novembro de 2013, a distribuição aos acionistas de juros sobre o capital no montante de R\$11.284 (R\$16.200 em 2012), os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros sobre o capital próprio foram reclassificados das despesas financeiras para lucros (prejuízos) acumulados, conforme previsto na Deliberação 207/97 da CVM.

Proposta de destinação do resultado

Em decorrência da distribuição de dividendos intermediários e dos juros sobre o capital próprio em montante superior ao lucro do exercício, a administração da Companhia propôs a utilização de parte do saldo acumulado da conta de reserva de retenção para essa finalidade.

A Administração da Companhia decidiu, adicionalmente, distribuir dividendos complementares no valor de R\$2.916 mediante redução do saldo da reserva de retenção, tendo sua aprovação realizada em reunião do Conselho de Administração em 13 de dezembro de 2013.

A constituição da reserva legal, distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio são demonstrados a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro líquido do exercício	4.179	9.550
(-) Reserva legal	<u>(209)</u>	<u>(478)</u>
Base de cálculo	3.970	9.072
Percentual estatutário	<u>50%</u>	<u>50%</u>
Dividendos estatutários calculados	1.985	4.536
(-) Dividendos extraordinários pagos no exercício	(2.916)	(28.800)
(-) Juros sobre o capital próprio pagos no exercício	<u>(11.284)</u>	<u>(16.200)</u>
Dividendos propostos no exercício	<u>-</u>	<u>-</u>

Em decorrência da dedução dos juros sobre o capital próprio na base de cálculo do imposto de renda e contribuição social, esses tributos foram reduzidos em R\$3.837 (R\$5.508 em 2012).

(d) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(e) Reserva de retenção de lucros

Tem o objetivo de reforçar o capital circulante e atender às necessidades de recursos para investimentos da Companhia nos próximos exercícios. Em decorrência da distribuição de dividendos intermediários e de juros sobre capital próprio em montante superior ao do lucro líquido do exercício de 2013, foi utilizado parte do saldo acumulado da reserva de retenção no montante de R\$7.314.

(f) Lucro por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do resultado básico e diluído por ação são os seguintes:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro básico e diluído por ação:		
Lucro do exercício	4.179	9.550
Quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação (milhares de ações)	<u>381.023</u>	<u>381.023</u>
Lucro por ação básico e diluído (milhares de ações)	<u>10,97</u>	<u>25,06</u>

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o lucro por ação diluído é igual ao lucro por ação básico.

23. Receita líquida

	<u>Acumulado do exercício</u>	
	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Circuitos dedicados	78.204	82.526
Transporte de sinais	45.694	42.731
Serviços integrados	14.823	13.834
Outras	5.559	4.904
Receita bruta	<u>144.280</u>	<u>143.995</u>
Impostos, devoluções, ajuste a valor presente e abatimentos	<u>(30.869)</u>	<u>(31.162)</u>
Receita líquida	<u>113.411</u>	<u>112.833</u>

24. Custos e DespesasClassificação por natureza

	Acumulado do exercício	
	2013	2012
Infraestrutura de rede	(15.482)	(14.206)
Energia Elétrica	(3.320)	(3.640)
Depreciação e amortização	(30.783)	(31.577)
Serviço de manutenção e reparo e licenças de software comercializadas	(17.198)	(14.929)
Pessoal	(15.768)	(17.316)
Serviços de terceiros	(1.578)	(955)
Imóveis locados	(1.891)	(1.787)
Resultado de equivalência patrimonial	(19.507)	(18.295)
Outros	(692)	(852)
Total	<u>106.219</u>	<u>(103.557)</u>

Classificação por função

Custo dos serviços prestados	(64.382)	(62.633)
Despesas com vendas	(130)	(148)
Despesas gerais e administrativas	(21.528)	(21.794)
Resultado de equivalência patrimonial	(19.507)	(18.295)
Outras despesas	(672)	(687)
Total	<u>(106.219)</u>	<u>(103.557)</u>

25. Receitas e despesas financeiras reconhecidas na demonstração de resultados**Receitas Financeiras**

	Acumulado do exercício	
	31/12/13	31/12/12
Rendimentos de aplicações financeiras	3.945	7.670
Juros ativos	1.157	550
Outras receitas financeiras	1.328	1.271
Total	<u>6.430</u>	<u>9.491</u>

Despesas financeiras

	Acumulado do exercício	
	31/12/13	31/12/12
Juros passivos	(3.450)	(4.513)
Outras despesas financeiras	(460)	(137)
Total	<u>(3.910)</u>	<u>(4.650)</u>

26. Instrumentos Financeiros

(a) Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- risco de crédito
- risco de liquidez
- risco de mercado

Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia.

Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de Gerenciamento de Riscos aplicadas pela Companhia e sua controlada em conjunto estão subordinadas as do Grupo CEMIG, a qual é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia como um todo.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites estabelecidos. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. A carteira de clientes é composta, principalmente, por grandes operadoras de telefonia fixa e móvel e de TV a cabo e internet banda larga, além da própria controladora, o que reduz significativamente o risco de perdas no recebimento de créditos. O principal instrumento que assegura a minimização desse risco é o direito da Companhia em interromper o fornecimento do sinal em caso de descumprimento contratual, dentre eles a falta de pagamento.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera o segmento de mercado onde os clientes operam, uma vez que este fator pode influenciar no risco de crédito, sobretudo em razão da sensibilidade do setor de telecomunicações às circunstâncias econômicas do país. A concentração máxima da receita da Companhia atribuível a um único cliente é de aproximadamente 27%.

Mais de 70% dos clientes ativos têm operado com a Companhia há mais de cinco anos, com um nível de perdas inexpressível. Isto se explica em decorrência do fato de que a política estabelecida pela Companhia prevê o monitoramento constante da inadimplência, onde são aplicadas penalidades contratuais em caso de atraso de pagamento podendo até, em ato extremo, culminar na descontinuidade dos serviços aos clientes.

Em decorrência das circunstâncias econômicas, sobretudo nos anos de 2009, 2010 e 2011, certas contas a receber de clientes tiveram seus saldos renegociados. Tais casos foram individualmente analisados pela Diretoria Executiva, a qual autorizou a celebração do acordo de parcelamento, com taxas de juros e condições que atendam aos interesses das partes.

Certos contratos de prestação de serviços de telecomunicações com operadoras de TV a cabo e Internet Banda Larga preveem como forma de remuneração desses serviços o compartilhamento de receitas entre ambas as empresas, onde o preço dos serviços é estabelecido com base em percentuais da arrecadação dessas operadoras, ou seja, sobre o valor efetivamente recebido dos assinantes (consumidores finais). Como parte do acordo comercial, as receitas recebidas desses assinantes são integralmente creditadas em contas de titularidade da Companhia, a qual, por força do pacto celebrado, é a titular e cedente dos títulos de cobrança emitidos pelas operadoras aos seus assinantes. Assim sendo, diariamente, parte dos valores creditados na conta corrente da Companhia é repassado às operadoras na proporção de sua participação na receita arrecadada. Esse acordo permite à Companhia a gestão dos recursos arrecadados pelas operadoras, bem como o poder de reter os valores que entender em caso de descumprimento contratual por parte desses clientes e, com isso, o risco de crédito é minimizado.

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas em relação às contas a receber de clientes e outros créditos. A sensibilidade e a expectativa de perdas relacionadas a riscos significativos individuais são os únicos parâmetros considerados nessa análise. Isto ocorre porque os negócios da Companhia estão voltados, substancialmente, para o mercado de atendimento às grandes operadoras de telecomunicações e ao mercado corporativo e, por esse motivo, as perdas históricas e as análises globais, geográficas ou setoriais não costumam fornecer uma base razoável para estimar as perdas com as contas a receber. A Companhia possui em 31 de dezembro de 2013 provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$1.223 (R\$2.216 em 2012), representativa de 5% (10% em 2012) do saldo total de contas a receber em aberto e de 14% (25% em 2012) das contas a receber vencidas.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da decretação de insolvência de Instituição Financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004, por meio da qual cada Instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos, além de análise de três Agências de classificação de Riscos Financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos, que são revisados, periodicamente, ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da Economia Brasileira.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que coloca a Companhia exposta às alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e de juros, o qual pode ter um impacto financeiro significativo na Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é manter sob controle as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia não operou com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro 2013 e 2012.

Riscos de moeda

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas compras denominados em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia, sobretudo o dólar norte-americano (US\$).

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não havia saldos significativos em moeda estrangeira.

Risco de taxa de juros

O risco de taxas de juros decorre da emissão de títulos mobiliários não conversíveis. Estes passivos, quando atrelados às taxas de juros variáveis, expõem a Companhia ao risco de fluxo de caixa. Já passivos vinculados a taxas de juros fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Companhia avalia permanentemente sua exposição ao risco de taxas de juros. São simulados diversos cenários, levando-se em consideração as alternativas de refinanciamento, renovação de posições existentes e a aquisição de novos financiamentos e *hedges* alternativos.

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros, com impacto nas debêntures de sua própria emissão, captados principalmente em moeda nacional, com taxas de juros flutuantes atreladas, sobretudo, em índices referenciados na taxa básica de juros da economia brasileira, no montante de R\$32.166 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 40.057 em 31 de dezembro de 2012).

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima, em um cenário provável, a taxa SELIC próxima de 11,30% e a TJLP em 5,00%. A Administração da Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta nestes indicadores de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerando-os como possível e remoto, respectivamente. Como parte das definições dessa análise, considerou-se a variação esperada na taxa CDI como similar à variação da taxa SELIC.

Valor Contábil	Risco de alta das taxas de juros nacionais - cenários (% ao ano)								
	Base		Cenário I		Cenário II		Cenário III		
	Selic 8,29%	TJLP 5,00%	Selic 11,30%	TJLP 5,00%	Selic 14,13%	TJLP 6,25%	Selic 16,95%	TJLP 7,50%	
<u>Ativos</u>									
Equivalentes de caixa	7.121	7.711	-	7.926	-	8.127	-	8.328	-
Títulos e valores mobiliários - Aplicações financeiras	19.482	21.097	-	21.683	-	22.235	-	22.784	-
<u>Passivos</u>									
Debêntures	32.166	- (33.774)	-	(33.774)	-	(34.176)	-	(34.578)	-
Exposição líquida ativa (passiva)		28.808	(33.774)	29.609	(33.774)	30.362	(34.176)	31.112	(34.578)

Risco de preço

A Companhia atua em um segmento de negócios onde os preços são livremente pactuados, sendo, portanto, dispensável a manutenção de políticas de mitigação de riscos dessa natureza.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os saldos dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia em 31 de dezembro de 2013 estão, em sua maioria, registrados pelo custo contábil, os quais não diferem significativamente dos correspondentes valores de mercado estimados e encontram-se classificados, conforme abaixo:

- Ativos financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se, nesta categoria, as aplicações financeiras as quais esperam-se manter até o vencimento. Estas são avaliadas ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado: encontram-se, nesta categoria, os títulos de fundos de renda fixa mantidos para negociação. Estes são avaliados pelo valor justo através do resultado, conforme nível 2.
- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se, nesta categoria, os saldos a receber de clientes. São reconhecidos pelo valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Debêntures: São mensurados pelo custo amortizado, mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;
- Fornecedores: são os saldos a pagar a fornecedores e são reconhecidos pelo valor nominal de liquidação e similares aos valores justos.

O valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

(b) Critérios e premissas utilizados no cálculo dos valores de mercado

Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e fornecedores: devido à natureza de curto prazo destes saldos, e aos encargos financeiros incidentes sobre as contas a receber de clientes de longo prazo, os valores registrados se aproximam dos valores justos dos instrumentos na data destas demonstrações financeiras.

Debêntures: devido às características específicas do contrato assinado pela Companhia com o BNDES, que reflete taxas de mercado para este tipo de instrumento, os valores registrados se aproximam dos valores justos dos instrumentos na data destas demonstrações financeiras.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia opera com uma margem de lucratividade que lhe confere um fluxo de caixa operacional positivo. Tipicamente a Companhia mantém disponibilidade financeira imediata que lhe garante o cumprimento de compromissos de pelo menos 60 dias de operação, incluindo as obrigações financeiras e os investimentos. Fatos com impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais ou crises econômicas de grandes dimensões, não são levados em consideração nessa análise.

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de curto prazo e para seu programa de aquisições e investimentos. A controlada em conjunto, Ativas, em fase inicial de operações, depende do aporte de recursos dos sócios e da obtenção de empréstimos e financiamentos no mercado para dar prosseguimento à maturação e expansão de seus negócios.

A Companhia vem cumprindo com três dos quatro indicadores de *covenants* financeiros previstos no contrato de emissão de debêntures, conforme descrito na nota explicativa 15.

A Companhia utiliza um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade dos negócios, os quais são aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 90 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando até 20% de seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada em operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio.

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo os juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida são como segue:

Passivos financeiros não derivativos	31/12/13	Fluxo Contratual	Vencimentos das obrigações	
			1 a 2 anos	2 a 5 anos
Debêntures	<u>32.166</u>	<u>37.701</u>	<u>19.820</u>	<u>17.881</u>

27. Benefícios a empregados

As obrigações relativas aos planos de benefícios aos empregados abrangem planos de previdência privada, de saúde, odontológico e seguro de vida em grupo.

Previdência complementar - Forluz

A Companhia é co-patrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, criada com o objetivo de propiciar aos seus participantes e respectivos dependentes uma renda de suplementação de aposentadoria e pensão.

O plano previdenciário, co-patrocinado pela Companhia, denominado “PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - PLANO B”, é composto por benefícios como: (i) Melhoria de Aposentadoria por Tempo de Serviço, Especial ou por Idade - MAT, (ii) Melhoria de Aposentadoria por Invalidez - MAI, (iii) Abono Anual - AA, (iv) Renda Continuada por Morte - RCM e (v) Auxílio Reclusão - AR.

A contribuição das Patrocinadoras para este plano é de 27,52% para a parcela com característica de benefício definido, referente a cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial. Os 72,48% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, destinam-se as contas nominiais dos participantes e são reconhecidos no resultado do exercício em conformidade aos pagamentos feitos pelas patrocinadoras, na rubrica de Despesa com Pessoal.

Assistência médica - Cemig Saúde

A Companhia é co-patrocinadora dos planos de saúde e odontológico dos seus empregados, os quais são administrados pela Cemig Saúde.

Os valores das contribuições aos planos previdenciário, de saúde e odontológico são determinados anualmente, pelos montantes considerados suficientes à cobertura das respectivas despesas previstas em cada exercício, conforme avaliação realizada por atuário independente contratado para esta finalidade. Os três planos são de

adesão facultativa para o empregado e as contribuições das patrocinadoras ocorrem de forma paritária a dos participantes.

A Companhia demonstra nesta nota explicativa o ativo/passivo atuarial líquido e as despesas em conexão com o plano de complementação de aposentadoria, plano de saúde e plano de assistência odontológica, de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes com base em 31 de dezembro de 2013.

A conciliação dos ativos e passivos atuariais pode ser assim demonstrada:

	Forluz	Cemig Saúde	
	Plano Misto de Benefícios Previdenciários Plano B	Pro Saúde Integrado - PSI	Plano odontológico - POD
31 de dezembro de 2012			
Valor justo dos ativos do plano	1.774	-	-
Valor presente da obrigação atuarial, líquido	(1.578)	(647)	(52)
Valor presente da obrigação atuarial, líquido	(1.812)	(681)	(36)
(Ganhos) perdas atuariais não reconhecidas	<u>234</u>	<u>34</u>	<u>(16)</u>
Ativo (passivo) atuarial líquido	<u>196</u>	<u>(647)</u>	<u>(52)</u>

	Forluz	Cemig Saúde	
	Plano Misto de Benefícios Previdenciários Plano B	Pro Saúde Integrado - PSI	Plano odontológico - POD
31 de dezembro de 2013			
Valor justo dos ativos do plano	1.685	-	-
Valor presente da obrigação atuarial, líquido	(1.685)	(588)	(27)
Valor presente das obrigações (total)	(1.383)	(588)	(27)
Mudanças no efeito limitador de ativo de benefício definido líquido ao teto de ativo	<u>(302)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Ativo (passivo) atuarial líquido	<u>-</u>	<u>(588)</u>	<u>(27)</u>

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício podem ser assim demonstradas:

	Plano Misto de Benefícios Previdenciários Plano B	Plano de Saúde - PSI	Plano Odontológico - POD
Obrigação de Benefício Definido em 31 de dezembro de 2012	(1.812)	(681)	(36)
Custo do Serviço Corrente	(197)	(111)	(7)
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	(165)	(63)	(4)
(Perdas) Ganhos Atuariais Reconhecidos	766	267	20
Benefícios Pagos	25	-	-
Obrigação de Benefício Definido em 31 de dezembro de 2013	<u>(1.383)</u>	<u>(588)</u>	<u>(27)</u>

As mudanças no valor justo dos ativos do plano de benefícios previdenciários podem ser assim demonstradas:

	Plano Misto de Benefícios Previdenciários - Plano B
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2012	1.774
Retorno real dos investimentos	(97)
Contribuições do Empregador	33
Benefícios pagos	(25)
Valor Justo dos Ativos do Plano em 31 de dezembro de 2013	1.685

A despesa anual dos planos pode ser assim demonstrada:

	Plano Misto de Benefícios Previdenciários Plano B	Plano de Saúde - PSI	Plano Odontológico - POD	Total
Custo do Serviço Corrente	(197)	(111)	(7)	(315)
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	(165)	(63)	(4)	(232)
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	163	-	-	163
Despesa Conforme Laudo Atuarial	(199)	(174)	(11)	(384)

A movimentação do ativo (passivo) atuarial líquido pode ser assim demonstrada:

	Plano Misto de Benefícios Previdenciários - Plano B	Plano de Saúde - PSI	Plano Odontológico - POD	Total
Ativo (Passivo) Líquido em 31 de dezembro de 2012	196	(647)	(52)	(895)
(Despesa) Receita Reconhecida no Resultado	(199)	(174)	(11)	(384)
Ganho (perda) reconhecido em Outros Resultados Abrangentes	272	233	36	541
Mudanças no efeito limitador de ativo de benefício definido				
líquido ao teto de ativo	(302)	-	-	(302)
Contribuições Pagas	33	-	-	38
Ativo (passivo) atuarial líquido em 31 de dezembro de 2013	-	(588)	(27)	(615)

Premissas atuariais utilizadas

As premissas utilizadas pelo atuário independente na determinação dos cálculos atuariais são demonstradas a seguir:

	Plano misto de benefícios previdenciários - Plano B		Pró Saúde Integrado - PSI		Plano odontológico - POD	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
	Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	13,39%	9,19%	13,39%	9,19%	13,39%
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	13,39%	10,98%	N/A	N/A	N/A	N/A
Índice estimado de aumento nominal dos salários	8,63%	7,31%	N/A	N/A	N/A	N/A
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	6,50%	5,20%	N/A	N/A	N/A	N/A
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	N/A	6,50%	5,20%	6,50%	5,20%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	6,50%	5,20%	6,50%	5,20%	6,50%	5,20%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 básica	AT-2000 básica	AT-2000 básica	AT-2000 básica	AT-2000 básica	AT-2000 básica
	Light	Light	Light	Light	Light	Light
Tábua biométrica de entrada em invalidez	média	média	média	média	média	média
Taxa de rotatividade esperada	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)

(a) 100% na primeira idade em que atingir o direito ao benefício pleno

28. Seguros

A Companhia possui apólice de seguro para cobrir riscos diversos no montante aproximado de R\$55.000, relacionada basicamente aos bens estratégicos existentes no Centro de Operações e *Headends*. A Companhia optou, após avaliação de riscos, por não contratar seguros visando cobrir acidentes com terceiros e outros eventos que poderiam afetar seus equipamentos de rede, cabos, e demais bens do seu ativo imobilizado, excetuando-se os mencionados acima. A Companhia não tem experimentado perdas significativas em função dos riscos acima mencionados. As premissas de avaliação de riscos adotadas pela Companhia, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos auditores independentes.

29. Alterações na legislação tributária - MP 627/2013

Com a recente convergência das normas contábeis brasileiras às normas do IFRS (*International Financial Reporting Standard*), instituída pela Lei 11.638/07, foram alteradas diversas disposições da Lei nº 6.404/1976, cujos efeitos, deveriam preservar a neutralidade tributária. Com isto, as práticas e critérios contábeis alterados que influenciam na apuração do Imposto de Renda, da CSLL, da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, deviam ter seus efeitos eliminados nessas apurações, ou seja, as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007, e pela Lei nº 11.941/2009, que provocassem mudanças no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício definido no art. 191 da Lei nº 6.404/1976, não poderiam produzir efeitos fiscais, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

Nesse contexto surgiu o Regime Tributário de Transição - RTT (art. 15, § 1º da Lei nº 11.941/2009), que objetivava preservar essa neutralidade tributária, até que legislação posterior disciplinasse os efeitos tributários dessa convergência contábil. A Aplicação do RTT pelas pessoas jurídicas foi opcional nos anos-calendário de 2008 e 2009, passando a ser obrigatório a partir de 2010.

Em 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 que revogou o Regime Tributário de Transição e promoveu certas modificações na legislação tributária federal, dentre elas:

- (i) alterações relativas à forma de apuração e registro do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS das pessoas jurídicas;
- (ii) disposição sobre a perda da eficácia dos atos administrativos da Receita Federal, posteriores à publicação desta Medida Provisória, que tenham como objeto a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, tornando-os sem efeito na apuração dos tributos federais, até que lei tributária regulamente a matéria;
- (iii) determinação do tratamento específico na tributação de lucros ou dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 01.01.2008 e 31.12.2013, pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, efetivamente pagos até 31.12.2013, em valores superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31.12.2007, os quais não ficarão sujeitos à incidência do IRRF, nem integrarão a base de cálculo do IRPJ e da CSLL do beneficiário, pessoa física ou jurídica, residente ou domiciliado no País ou no exterior (desde que haja adoção antecipada pela Companhia, a partir de 2014);
- (iv) estabelecimento de novas disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio para os anos-calendário de 2008 a 2013, onde para fins do cálculo do limite dos juros pagos ou creditados individualmente a titular, sócios ou acionistas, a título de remuneração do capital próprio, a pessoa jurídica poderá utilizar as contas do patrimônio líquido mensurado de acordo com as disposições da Lei nº 6.404/1976, observando-se, ainda, que, no cálculo da parcela a deduzir, não serão considerados os valores relativos a ajustes de avaliação patrimonial a que se refere o § 3º do art. 182 da Lei nº 6.404/1976;
- (v) disposição sobre os investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial para os anos-calendário de 2008 a 2013, onde o contribuinte poderá avaliar o investimento pelo valor de patrimônio líquido da coligada ou controlada, determinado de acordo com as disposições da Lei nº 6.404/1976.
- (vi) regulamentação do tratamento fiscal do ágio (*goodwill*) e do deságio (compra vantajosa) nas operações de incorporações, fusões e cisões.

As disposições previstas na Medida Provisória 627 têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode provocar potenciais efeitos tributários, especialmente os relacionados ao cálculo e pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, bem como quanto aos resultados de equivalência patrimonial contabilizados.

Neste cenário, a Companhia elaborou estudo dos possíveis impactos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu, em princípio, que irá exercer a faculdade da adoção antecipada prevista na citada Medida Provisória, porém tal opção não deverá resultar em ajustes relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

A administração da Companhia aguarda a regulamentação da Receita Federal do Brasil, quanto à forma e prazos para exercício da adoção antecipada pelas pessoas jurídicas, bem como acompanha a evolução e tratativas das emendas formuladas ao texto da referida Medida Provisória, para que possa finalmente ratificar sua decisão preliminar.